



## **ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA** **Realizada em 18 de maio de 2003**

Com a presença de 86 membros da Sociedade Amigos da Porta do Sol que assinaram a lista de presença, realizou-se no Ginásio de Esporte do Clube de Campo da Sociedade, situado na rodovia Castelo Branco km 63, 5, no município de Mairinque, Estado de São Paulo, com início às 10h30, em segunda chamada, a Assembléia Geral Ordinária convocada regularmente segundo os estatutos, com a seguinte ordem do dia: 1) Apreciar e deliberar sobre as contas de 2002 e 2) Assuntos Gerais. Dando início aos trabalhos, o Sr. Eugênio P. L. Carvalho, lote F1P, Presidente do Conselho Deliberativo, convidou o Sr. Wilson Rodrigues Pimenta, lote B2X/B3X para presidir a mesa, e a mim, Mônica H. B. Santos, lote F9K, para a secretariar os trabalhos, sendo ambos aprovados pela assembléia. Após a leitura da ordem do dia, o Sr. Edson P. Barbosa, lote H2E, Presidente da Diretoria Executiva, tomou a palavra e lamentou o pequeno número de presentes e disse que o folheto distribuído pelo GAPS era desnecessário, uma vez que todos os tópicos citados eram cópia fiel de Ata de reunião do Conselho Deliberativo, devidamente publicada, e, portanto ninguém precisava de folheto. Reforçou que a administração estava pronta a responder qualquer dúvida e que quem quisesse poderia até trazer contadores e auditores, mas disse que ninguém devia levantar dúvidas infundadas sobre a honra das pessoas que estavam trabalhando. Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Décio, lote J8I, que perguntou se realmente seria cumprida a pauta da assembléia que dizia que iria haver a votação das contas. O Sr. Edson respondeu que a convocação trazia a Apreciação e Deliberação das contas, de acordo com o que rezava o Estatuto, e que essas contas, como todas as outras, haviam sido apreciadas e aprovadas trimestralmente pelo Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo e, ao final do período, globalmente, pelos mesmos conselhos e por uma auditora independente, para poderem ser trazidas para a deliberação da assembléia com tranqüilidade. Disse ainda que haveria as explicações do contador e auditor. Questionado a seguir sobre o pouco tempo entre a convocação e a assembléia, o Sr. Edson respondeu que havia sido cumprido o estatuto: 15 dias após publicação em jornais de grande circulação. O Sr. Márcio Camarozzano, lote D2Q, questionou novamente se haveria ou não deliberação, uma vez que a decisão do conselho sobre o assunto não poderia se sobrepor à decisão da Assembléia. Em resposta, o Sr. Eugênio colocou que concordava também com o pouco tempo que tinham os presentes para analisar e deliberar sobre o assunto e que, assim, poderia a Assembléia decidir se votaria as contas ou não, mas que, caso fosse decidido pela votação, esta deveria ser nominal, para que os votos dos inadimplentes fossem excluídos depois. A seguir explicou como estavam sendo realizados, nos últimos seis anos, os sistemas de controle contábil da SAPOS, visando maior eficiência e transparência no gerenciamento das verbas recebidas e passou a palavra ao Sr. Luiz Carlos Araújo, da Liberty Contabilidade e Auditoria Ltda., para apresentar o Parecer da Auditoria. Cumprimentando a todos, o Sr. Araújo discorreu item a item sobre o relatório, cujas cópias haviam sido entregues aos presentes na Assembléia para acompanhamento. Em seguida, o Sr. Antônio Carlos Braga, proprietário do lote E2A, e sócio da empresa de contabilidade contratada Etros Assessoria Fisco Contábil S/C Ltda, tomou a palavra apresentando o comparativo de receitas e despesas do ano 2002. Ao final destacou dois itens importantes realizados: a racionalização das despesas em torno de 5% e o crescente recebimento dos inadimplentes, o que provava que os esforços jurídicos estavam tendo retorno muito melhor do que em anos passados. Explicou ainda que sua apresentação se referia somente a receita dos boletos e despesas de manutenção, não havendo nada referente a asfalto e plano diretor. Em seguida abriu espaço para aqueles que tivessem dúvidas e questionamentos. O Sr. Nelson Oliveira, lote Z1A, pediu a palavra, e o Sr. Eugênio pediu precedência e disse que a Sociedade se norteia sempre por aspectos morais e, embora os estatutos não restringissem a fala aos inadimplentes, apenas o voto, a Assembléia, soberana, deveria decidir se estes podiam se manifestar ou não. Houve debates entre os presentes e o Sr. Eugênio disse que a Assembléia estava dividida. Novas manifestações foram feitas e o Presidente da mesa, Sr. Pimenta decidiu por manter a palavra ao Sr. Nelson que iniciou dizendo que não era inadimplente e que depositava em juízo. A seguir com referência ao fato de que verbas do plano diretor haviam sido aplicadas nas

despesas "normais" da Sociedade, perguntou ao auditor se não caracterizava desvio de verbas. O Sr. Araújo respondeu que não. Discordando da resposta, o Sr. Nelson argumentou que isso não poderia ter sido feito sem a anuência de uma assembléia específica, e que não havia sequer autorização do Conselho para o fato e, portanto tratava-se de desvio sim, embora ele não quisesse dizer uma locupletação, mas falta de responsabilidade. A seguir comparou os números gastos em eventos e conservação de vias públicas, disse que estava sendo dada mais importância a festas do que a manutenção. Respondendo, o Sr. Araújo disse que na verdade havia havido um desvio de aplicação, e isso em função de 2001, onde a Sociedade tinha uma situação patrimonial e de receita que não era real, devido ao alto índice de inadimplência que chegava a 23% do total lançado. Continuou dizendo que em 2002, havia se mudado o sistema para uma forma muito mais transparente onde se podia visualizar exatamente qual a verba de cada item e qual a despesa correspondente, e nessa transição havia realmente esse desvio de aplicação, jamais desvio de verba. A seguir, foi dada a palavra ao Sr. Camarozzano que, voltando a fala inicial do Sr. Edson sobre o GAPS, expôs que o grupo exercia o direito constitucionalmente assegurado de se manifestar publicamente levantando questões, e que o informativo não trazia nenhuma acusação formal a quem quer que fosse. Completou dizendo que acusações o GAPS fazia em representações oferecidas aos órgãos competentes, e sempre apoiadas em todos os documentos possíveis. A seguir, disse que, na última reunião do Conselho, onde participou como ouvinte, o auditor, Sr. Araújo, havia deixado muito claro que a situação econômico-financeira da SAPOS era muito delicada porque, para o próximo exercício haveria uma queda da qualidade nos serviços prestados, ou então aumento das taxas hoje recolhidas, o que representava motivo de preocupação. Disse ainda que, na mesma reunião, o responsável pela contabilidade havia informado que apenas 1% do Plano Diretor havia sido realizado, o que era novamente muito preocupante, e, por outro lado, fora determinada a realização de uma Auditoria na reforma do restaurante, porque a despesa efetuada havia sido muitas vezes superior aos valores aprovados, e que o Conselho deliberou por aprovar as contas, ainda que sem prejuízo da realização da auditoria, mas que, até o momento, ainda não se sabia o resultado desta. Solicitou em seguida esclarecimentos sobre a aquisição pela SAPOS da área física do clube e colocou que este ato excedia os meros poderes de administração, e que aquisições de imóveis devem ser apresentadas para deliberação em Assembléia. Por outro lado, informou que havia visto em escrituras de vários proprietários o domínio não só do lote individualmente considerado, mas de partes ideais de outras áreas, havendo menção expressa à área compreendida pelo clube. Diante disso, levantou a seguinte questão: se a área objeto de aquisição compreende toda a área do clube e se há proprietários que tem parte ideal, não apenas título patrimonial, e, portanto, o objeto de aquisição pela SAPOS já teria outros proprietários, além daquele que fez a venda, a Sociedade estava diante de uma situação extremamente delicada, que poderia até configurar crime, ainda que se pudesse cogitar de uma inicial presunção de boa fé por parte da diretoria. Finalizando, pediu ainda que fosse feito o registro de que o desvio de aplicação realizado no mínimo desrespeitava o estatuto e, portanto, precisava ser colocado nos devidos termos. Esclareceu que verbas aprovadas em Assembléia Geral para uso específico não podem, simplesmente por deliberação de uma Diretoria, serem aplicadas, em despesas de outra natureza, por que isso, no mínimo, acabava sendo um dado a mais para complicar a prestação de contas e a fiscalização por toda a Sociedade. Iniciando pela questão do desvio, o Sr Edson explicou que, infelizmente, a inadimplência continuava crescente e que as taxas que são pagas atualmente sequer cobriam algumas despesas, gerando déficit mês a mês. Esclareceu ainda que, no início de sua gestão, havia sido necessário fazer um empréstimo bancário para honrar compromissos já efetuados e, quitado o empréstimo, foram utilizadas as verbas em caixa até que não existissem mais. Disse que a solução para esse problema teria sido aumentar as taxas, mas o Conselho havia negado o pedido e compelido a Diretoria a fazer uma redução de despesas da ordem de 20%. Esclareceu ainda que tudo estava registrado em ata e à disposição na Internet. Com referência ao plano diretor, o Sr. Edson esclareceu que ainda bem que havia sido possível cumprir 1%. Que estas verbas tinham sido alocadas nos pagamentos do dia-a-dia, em função da alta inadimplência e concluiu perguntando se seria lógico recorrer a novo empréstimo, pagando juros, etc., se havia em caixa esse dinheiro. Reforçou que, tanto era a responsabilidade de sua diretoria, que esse dinheiro já estava voltando para o caixa, e faltava pouco para completar os valores deslocados em benefício da Sociedade mesmo. No entanto, em função disso, não se havia podido realizar nenhuma obra nova em 2002, e que a prioridade atual é fazer a nova caixa d'água e a captação 5. Com relação ao restaurante, o Sr Edson colocou que foi feita a auditoria e completada nesta mesma semana, e que estava com o Sr. Araújo que, se fosse o caso, poderia apresentar. Na questão das áreas do clube e da hípica, o Sr. Edson explicou que, apesar dos trinta anos da Porta do Sol, estas áreas ainda se encontravam formalmente nas mãos dos empreendedores, e que, como era público e notório, estes tinham uma série de

processos jurídicos que punham em risco esse patrimônio, já que podia ser arrestado como garantia. Lembrou inclusive que a regularização dos setores X,Y, Z e as áreas do clube e da hípica, haviam sido promessa de todas as campanhas eleitorais e que a forma encontrada para as duas últimas áreas, tinha sido a escritura de compra, que passava o domínio para a SAPOS, e isso sem dispor de praticamente dinheiro algum, só as despesas cartoriais. Concluiu que, se isso não tivesse sido feito, com a morte recente de um dos empreendedores, aí sim a situação seria muito grave, porque esse patrimônio correria o risco de estar comprometido. Por outro lado, colocou o Sr. Edson, caso se chegasse à conclusão de que forma escolhida não era a ideal, nada impediria que houvesse correções. Informou a seguir que as formas legais e jurídicas podem ser alteradas a qualquer tempo, e que ele não via qualquer prejuízo nessa questão. Pedindo aparte, o Sr. Camarozzano sugeriu que, para evitar problemas subseqüentes, até mesmo de ordem criminal, diante do fato de que vários proprietários possuíam em suas escrituras o domínio de frações ideais da área correspondente ao clube, não só título patrimonial, a SAPOS deveria convocar a todos para que examinassem suas escrituras, consultassem profissionais e, caso verificassem ser proprietários, ainda que em partes ideais, da área adquirida pela Sociedade, comparecessem a administração, para ser estudada qual a providência jurídica para a regularização definitiva. Respondendo, o Sr Edson agradeceu a sugestão, mas informou que eles haviam analisado antes todas as situações e possibilidades à época e, dentro do pouco tempo hábil, essa havia sido a melhor alternativa encontrada. Por outro lado, colocou que não precisava ninguém verificar o seu contrato, porque, independentemente de estar no contrato, se fosse o caso, a SAPOS faria um adendo onde todos os proprietários teriam direito a uma fração ideal das áreas. A seguir foi dada a palavra ao Sr. Dirceu, lote B9Q, que iniciou dizendo ser conselheiro e ter participado dos primeiros nove meses da Diretoria como vice-presidente administrativo e financeiro e, que, em relação à menção de sua saída da diretoria no folheto do GAPS, ele gostaria de esclarecer que havia sido por motivos particulares, uma vez que era pequeno empresário e tinha passado por dificuldades outras. Com relação ao seu antecessor, também citado no folheto, O Sr. Dirceu declarou que, na época, o Conselho e a Diretoria tentaram taxar o Sr. Boutros Houry (Ex Vice Presidente Administrativo e Financeiro), Lote F9N, de débil mental, e ele não era nada disso, pelo contrário, tinha suas razões. Disse ainda que haviam sido cometidas atrocidades administrativas na gestão anterior, a ponto de três dias antes de terminar o mandato ser assinada a segunda fase do asfalto na ordem de quatrocentos e oitenta mil reais sem dinheiro em caixa, o que, para honrar, a gestão 2002 teve de fazer empréstimo. Perguntado quem era o financeiro nessa época, o Sr. Dirceu respondeu que era o Sr. Eugênio P. Leite de Carvalho. Continuando seus questionamentos, o Sr Dirceu perguntou como o asfalto poderia ter dado lucro conforme se apontava, se havia sido uma administração catastrófica e eles (2002) haviam tido de fazer empréstimo em banco para pagar a segunda fase e concluiu que não entendia essas contas. Disse que havia levado ao Conselho suas observações e, embora todos tivessem parecido aceitar, os números demonstrados continuavam apontando lucro. Destacou a seguir que o modelo estatutário da forma como se apresenta está falido, e que a Sociedade não pode mais continuar com o número de conselheiros que tem e com o modelo de diretoria executiva vigente. Sugeriu então que se implantasse um sistema rígido e independente de administração com profissionais de qualidade. A seguir, parabenizou os esforços da gestão 2002, em especial a cobrança dos inadimplentes, dizendo que inclusive havia muitos que nunca haviam sido sequer notificados até então, isso porque "um era amigo de outro" e assim por diante, e nesta gestão não havia sequer um caso que não estivesse em andamento jurídico ou de acordo. Querendo melhor exemplificar a falência dos estatutos, o Sr. Dirceu colocou que, se o GAPS entrasse na nova gestão e o Sr. Márcio assumisse a diretoria jurídica, para acelerar os processos, naturalmente iria colocar um advogado amigo para cuidar das causas da SAPOS, alguém de sua confiança. Daí, concluiu o Sr. Dirceu, surgem casos como "sócio de advogado" e aí por diante. Reforçou que isso não podia continuar acontecendo. Solicitando um aparte, o Sr Camarozzano pediu que fosse registrado que há 6 anos havia sido Diretor Jurídico da Sociedade e que, visando agilizar e dar praticidade aos acompanhamentos, fora sugerido que ele passasse as cobranças jurídicas da SAPOS para o seu escritório, o que ele havia recusado dizendo que não se podia misturar as coisas. Disse que quem é administrador ou mesmo conselheiro não pode aceitar nenhuma atribuição remunerada, direta ou indiretamente, envolvendo pagamentos efetuados pela Porta do Sol, mas que, como nem todos pensam dessa maneira, isso acabava provocando distorções. Disse ainda que não estava afirmando que atitudes outras fossem de má-fé, mas que era preciso ser rígido nesta questão pelo bem da Sociedade. Voltando a tomar a palavra, o Sr. Dirceu elogiou a colocação do Sr. Márcio e disse que, para concluir, as contas que ele havia participado de abril a dezembro de 2002, estavam absolutamente corretas e devidamente documentadas e ele empenhava sua palavra sobre isso, e que seu voto era pela aprovação das mesmas. Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Murilo

Alvarenga, lote D8Q, que disse ser proprietário desde 1987 e residente na Porta do Sol há 12 anos e, proprietário, segundo sua escritura, de 75% de área ideal do clube, e que agradecia ao Sr. Edson por ter dito que este seu direito estava mantido. Já quanto a estender esse direito aos outros proprietários ele nada tinha contra, desde que não incluísse sua área por direito. Com respeito às contas, o Sr. Murilo fez algumas ponderações a respeito dos números apresentados, e fazendo algumas projeções com relação aos boletos de 2003 versus os emitidos (1561), concluiu que não entendia o tamanho da inadimplência citada. Com relação ao asfalto, o Sr. Murilo disse que o contrato da SAPOS com a Ellenco, a pavimentadora, havia sido de novecentos e oito mil, zero trinta e dois reais, e a soma dos valores arrecadados era de um milhão cento e dezesseis, quatrocentos e vinte e sete reais, portanto uma diferença a mais para a Sociedade de cento e dezoito mil reais, e que ele gostaria de saber o que havia sido feito com essa "sobra". A seguir, como nota à margem, lamentou o corte do coral, colocando que seu custo era 38 centavos por proprietário. Respondendo, o Sr Edson disse que todo o aparato administrativo estava às ordens do Sr. Murilo para pôr fim às suas dúvidas e, sobre o corte do coral, colocou que estava inserido no bojo da redução pedida e que, embora o valor fosse pequeno, seiscentos reais/mês, apenas seis pessoas participavam do coral, portanto custava cem reais por pessoa para a SAPOS, o que deixava no mínimo a relação injusta para com os outros proprietários. A seguir, o Sr Rodolfo Valentini, lote D1N, tomou a palavra, e disse que queria cumprimentar o Sr. Dirceu especialmente por dois pontos: o depoimento em relação ao Sr. Khoury, que havia feito graves denúncias por escrito ao Conselho da época e, por manobra de um conselheiro nada havia sido apurado, e pela conclusão de que o modelo estatutário da Porta do Sol era falido. Sugeriu que todos refletissem sobre o porque muitas pessoas acabam por deixar seus cargos na SAPOS, uma vez que chegam aos seus limites de tolerância. Em seguida, concluindo, disse que após tudo o que havia sido dito, ele considerava que esta assembléia não estava suficientemente esclarecida para poder deliberar sobre as contas. Destacou que na última reunião do Conselho, quatro conselheiros haviam se considerado incapacitados moralmente para votar as contas naquela oportunidade uma vez que, aparentemente, sabiam de fatos tão graves, que não queriam colocar sua assinatura enquanto tudo não fosse esclarecido. Colocou ainda que a Auditoria pedida não era só sobre o restaurante, mas também sobre o programa de asfalto, e que, se ambas foram feitas, deveriam ter sido passadas para o Conselho antes de serem trazidas para a Assembléia, e que isto inclusive havia sido promessa do Presidente do Conselho, o que estatutariamente é o correto. Respondendo, o Sr. Edson colocou que as contas haviam sido aprovadas pela maioria do Conselho democraticamente, ainda que houvesse ficado como complemento a Auditoria do restaurante. E, complemento, explicou ele, por que essa questão já havia sido apresentada e aprovada no trimestre correspondente. Continuando disse que apenas um Conselheiro havia levantado a questão novamente e de forma totalmente irresponsável, dizendo que "estava cansado de ouvir que estão metendo a mão", e que, quando ele, Edson, havia pedido que dissesse quem havia dito ou quem é que estava metendo a mão, o Conselheiro não disse nada. Continuando disse que era isso que ele se referia no começo da Assembléia sobre lançar dúvida sobre a honra das pessoas, sem qualquer prova ou indício, seja o que for. Reforçou que punha a "mão no fogo" pelo seu grupo de diretores e disse que, como era pertinente ao seu cargo, a responsabilidade final de todos os acontecimentos administrativos efetuados era dele. Disse ainda que, as auditorias do restaurante e do asfalto haviam sido feitas, mas em função dos prazos exíguos exigidos pelos estatutos para apresentação das contas, os resultados tinham chegado muito em cima da hora. Em seguida, o Sr. Dirceu pediu a palavra e disse que a auditoria nos gastos do restaurante servira apenas para comprovar que não existia nada de irregular na contabilidade. Informou ainda que, no início da gestão, uma comissão havia sido formada pelo Sr. José Mauro Forti, lote L7C, Sr. José Carlos Liberal, lote G4C e ele mesmo, e que não havia sido apurado nenhum gasto sem que a devida comprovação. O que se podia questionar era se todos aqueles gastos/obras eram realmente necessários, mas isso era outra coisa. Que a cachoeira em frente ao restaurante era muito bonita, mas, se necessária, era outro ponto. Complementando o assunto, o Sr Eugênio tomou a palavra e disse que na apresentação de contas ao Conselho, alguns haviam tido dúvidas e se abstiveram de votar, mas elas haviam sido aprovadas pela maioria. Disse ainda que nessa reunião havia se comprometido a não trazer as contas para a assembléia sem que antes esses conselheiros tivessem suas dúvidas sanadas, e assim havia, junto com a Diretoria Executiva, procurado esses Conselheiros e esclarecido os pontos. Que com um único conselheiro, o Sr. José Mauro Forti, não havia sido possível conversar, e, portanto o relatório havia sido enviado a ele e pedido que entrasse em contato. Com referência ao restaurante explicou que o que estava previsto como obras de plano diretor no restaurante, na quantia de vinte e dois mil reais, era apenas instalação civil, pintura, construção de um forno caipira, pérgolas, construção de uma lareira e reforma do playground. Com a interrupção inesperada do contrato pelos arrendatários do restaurante,

verificou-se que nas condições em que estavam as instalações dificilmente alguém se interessaria em arrendar e, além disso, na época, a vigilância sanitária havia notificado uma série de não-conformidades em relação às normas. Então, foi formada uma comissão que recebeu propostas e verificou que para se deixar o restaurante em condições era preciso se fazer novas fossas, balcão de bar e assentamento do tampo da pia, remoção de paredes, criação de varanda, retirada do palco existente para reforma do piso do salão, construção de um banheiro feminino, reforma do masculino e mudança das janelas, o que havia elevado o custo para o valor apresentado. Concluindo, disse que tudo isso havia sido feito era para adaptar o restaurante às normas da vigilância sanitária e para que todos pudessem ter um serviço de qualidade. A Sra. Zuleide, lote Z1C, falou a seguir e informou que era contra a votação das contas porque considerava esta assembléia incompetente para isso uma vez que não havia se cumprido os prazos legais de convocação que, para uma sociedade civil era de 30 dias de antecedência e que todos os dados ali apresentados deveriam estar disponíveis nesses trinta dias anteriores. O Sr. Edson informou que no jornal da Porta do Sol havia sido publicado o balanço e o parecer da auditoria, além disso, tudo estava na internet também. Neste momento o Sr. José Mauro Forti, lote L7C, atual Conselheiro, tomou a palavra e disse que na gestão da Sra. Edna Maria Tonoli, havia participado de uma comissão para criar um projeto de reforma do restaurante e, ao entregarem o resultado, ouviram que não havia dinheiro para que a reforma fosse realizada. Tempos depois ele verificou que algumas obras haviam sido feitas, mas até aí ele não sabia nada sobre valores aprovados e/ou gastos. Eleito na gestão 2002 foi saber que o gasto havia sido de cento e trinta mil reais, quando fora convidado para a comissão de finanças que deveria buscar uma forma de recursos para o caixa da Porta do Sol. A comissão não era para verificar contas, disse ele, mas sim para resolver duas questões levantadas pelo Sr. Dirceu: uma dívida de oitocentos mil reais e o gasto no clube de cento e trinta mil. O resultado desse trabalho havia sido: pago as dívidas, era preciso enxugar a "máquina", com reduções de 5 a 20%. Na última reunião do conselho, continuou o Sr. Forti foram apresentadas as contas e ele preferiu se abster de votar em função de dois pontos: da questão levantada por ele, que havia ouvido falar que haviam "metido a mão na reforma do clube", e o parecer da auditoria que falava que se havia feito apenas 1% do plano diretor. Foi aprovada a seguir, continuou o Sr. Forti, uma auditoria nas contas do restaurante, e ao mesmo tempo foi colocada em votação as contas, que foram aprovadas por sete votos versus 4 abstenções. Em continuidade disse ele que esperava que o resultado dessa auditoria e o saneamento das dúvidas que ele e outros haviam levantado seriam trazido em nova reunião de conselho e que, tudo resolvido, as contas viriam para a assembléia com todos os pontos de vista devidamente "afinados", mas, como falara o Sr. Eugênio, não ocorrera desta forma. Ele fora procurado na quarta anterior, por telefone, e recebera um envelope na manhã anterior a Assembléia convocando-o a estar na administração hoje, antes da assembléia, para conversar sobre os relatórios. O Sr. Forti disse que não havia ido e não concordava com reuniões de "meia dúzia", e que já havia dito isso no Conselho várias vezes, e concluiu dizendo que a Porta do Sol tinha de mudar era na sua essência e que as coisas não podiam continuar a serem tratadas da forma como eram. A seguir, o Sr. Gerhard, lote G8A, tomou a palavra e, informando que é morador do residencial há dois anos, questionou a atuação da segurança, denunciou a entrada de várias pessoas alcoolizadas no residencial e disse que já havia feito reuniões com a diretoria a respeito e a situação não havia mudado. Citou ainda que já havia enviado várias cartas com sugestões e perguntas, atendendo aos próprios apelos feitos pela administração no jornal, e não havia obtido nenhuma resposta. Questionou os valores gastos em eventos e disse ter participado de alguns onde a presença de proprietários era mínima. Perguntou em seguida, quantos dos 62 funcionários da Porta do Sol trabalhavam na hípica e se os proprietários que não tem cavalo financiavam a comida e o trato desses animais. Respondendo, o Sr. Edson disse que nenhum dos funcionários da SAPOS prestava serviços na hípica e quem arcava integralmente com a comida e o trato dos cavalos eram os proprietários dos animais lá alocados. A seguir chamou o Sr. Francisco Zambrana, lote J7P, Diretor da Hípica, para complementar a questão. O Sr. Zambrana explicou que o patrimônio da hípica pertencia a todos os proprietários da Porta do Sol, mas que os gastos com os animais lá alocados eram divididos estritamente entre os proprietários destes mesmos animais, e que, o trabalho social feito na hípica, onde inúmeras crianças tinham lazer sadio, era custo zero para a SAPOS e convidou a todos para conhecerem e participarem do espaço. Voltando a palavra, o Sr. Edson, respondendo a questão da segurança disse que, no momento, especialmente em função de um processo judicial nº 50/2001, a situação estava complicadíssima. Que o decreto concedido pela Prefeitura à Porta do Sol nos conferia o direito de controlar acessos, mas que pelo Ministério Público não se podia impedir trânsito livre de pessoas em vias públicas, e que estávamos correndo o risco de haver juridicamente a abertura das portarias. Informou também que ele mesmo estava acompanhando muito de perto o processo junto aos procuradores e concluiu

dizendo que, portanto, nesta área estava sendo feito o possível. Por outro lado, disse o Sr. Edson, alguns dos contratados não cumpriam as ordens dadas e eram negligentes, mas que a cada denúncia feita eram demitidos e substituídos. A seguir, o Sr. Cid Nielsen, lote D3N, pediu que se registrasse, que lamentava muito a presença de apenas 16 pessoas do residencial na inauguração do posto de saúde, que era fundamental para todos, e que o posto só havia sido colocado em funcionamento graças a um abaixo assinado que ele havia encaminhado a prefeitura após a morte de uma criança por afogamento. Em continuidade, o Sr. Pimenta deu a palavra ao Sr. Mário Carlos Fontes, lote B8O que informou que após a saída do Sr. Dirceu havia assumido a Vice Presidência Administrativa e Financeira e gostaria de tranquilizar a todos informando que já havia sido recuperados três meses da verba do Plano Diretor e que a primeira compra efetuada com esse dinheiro havia sido o rolo compactador, e dali para frente à ênfase seria o plano de água e de calçamento. Reforçou, a seguir, que a esta gestão não estava pensando em pedir aumento das taxas, embora os déficits apresentados. Que a intenção era cobrar mais o jurídico para se recuperar o dinheiro, inclusive com propagandas internamente. A seguir o Sr. Décio Gassi, lote J8I, questionou sobre quando exatamente entrou na internet os dados para análise das contas, uma vez que ele consultava todo mês o site e que até o último dia 15 do mês passado não havia tais dados. Questionou ainda que a auditoria entregue aos proprietários na assembléia não estava assinada pelo auditor e que os recursos visuais de apresentação não haviam sido bem manipulados, e, portanto ele entendia que se havia gastado dinheiro inutilmente. Firmou sua posição de que as contas não poderiam ser aprovadas nesta assembléia uma vez que não havia sequer tempo para se ler e fazer referência cruzada entre os dados e poder consultar a administração antes de dar seu voto. Respondendo. O Sr. Edson pediu ao funcionário que cuida da área, que colocasse a data em que os dados haviam ficado disponíveis na Internet. Ele disse que haviam sido colocados por volta do dia 28 do mês anterior. Neste momento, o Sr. Eugênio tomou a palavra e disse que, levando em conta que várias pessoas já haviam manifestado não estarem à vontade para proceder a votação, sua proposta era que a assembléia fosse encerrada e, tendo em vista que muitos já haviam se manifestado sobre assuntos outros, ele não via a necessidade de se colocar o item assuntos gerais. A proposta do Sr. Eugênio foi aprovada por aclamação. O Sr. Araújo pediu ainda a palavra e disse que todas as vias da auditoria estavam por ele rubricadas e assinadas e que ele não sabia o que havia acontecido nas cópias distribuídas. Por outro lado ele reconhecia algumas falhas na apresentação, mas que gostaria de conversar pessoalmente com o Sr. Décio para não deixar quaisquer dúvidas sobre a questão da auditoria. Em seguida, o Sr. Pimenta deu por encerrada a Assembléia e pediu a mim, Mônica, que redigisse a presente ata, que segue também assinada por ele, dando-a ambos, como fiel relato das deliberações tomadas.

Mônica H. B. Santos  
Secretária da Mesa

Wilson Rodrigues Pimenta  
Presidente da Mesa

Conforme previsto nos Estatutos Sociais, Artigo 19º, parágrafo único, a Assembléia Geral poderá autorizar a mesa a lavrar e assinar posteriormente a respectiva Ata, delegando poderes a 10 (dez) associados presentes durante toda a reunião para em seu nome, conferir, aprovar e assinar, convida que dez associados se apresentem para posteriormente conferir e aprovar a presente ata.

Testemunhas presentes às Assembléias realizadas em 18/05/2003

Maria A Quadrini Baldassarri  
Lote G6U

Carlos Alberto Silveira Bueno  
Lote L4C

José Mauro Forti  
Lote L7C

Nicanor Monteiro  
Lote F4R

Francisco Zambrana Júnior  
Lote J7P

Maurício D'Angelo Figueiredo

Lote J9P

Gilberto Eduardo Sartori  
Lote J5J

Rodolpho Valentini  
Lote D3N

Eugênio P. Leite de Carvalho  
Lote F1P

Márcio Camarozzano  
Lote D1Q/D2Q